

## APRESENTAÇÃO

A presente proposta de dossier nasce de um profundo incômodo e de uma crescente preocupação diante da onda de ataques que vêm ameaçando os direitos da população LGBTQIA+ em diferentes partes do mundo. Esse cenário nos impactou especialmente ao iniciarmos o ano de 2025 sob o efeito de uma nova investida de políticas anti-LGBTQIA+, em particular anti-trans, emanadas do principal centro do poder imperialista contemporâneo, o governo dos Estados Unidos, e amplamente debatidas em escala global. Logo no primeiro dia de seu mandato, o atual presidente, Donald Trump, assinou a Ordem Executiva nº 14168, intitulada “*Defendendo as mulheres do extremismo da ideologia de gênero e restaurando a verdade biológica para o governo federal*”<sup>1</sup>.

A medida representa um retrocesso drástico nas políticas de direitos humanos, ao determinar que o Departamento de Estado altere suas diretrizes para emitir apenas passaportes que “reflitem com precisão o sexo do titular”<sup>2</sup>; que o sistema prisional federal negue assistência médica e moradia adequadas a pessoas trans encarceradas; e que o Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano revogue as normas que garantem o acesso seguro de pessoas trans a abrigos. Além disso, a ordem instrui as agências federais a remover quaisquer menções à identidade de gênero de seus materiais e formulários oficiais, configurando uma tentativa explícita de apagamento institucional das identidades trans.

Poucos dias depois, em 28 de janeiro de 2025, uma nova diretriz presidencial, a Ordem Executiva 14187, intitulada “*Protegendo crianças da*

<sup>1</sup> A Casa Branca. Ações Presidenciais. 20 de janeiro de 2025. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/defending-women-from-gender-ideology-extremism-and-restoring-biological-truth-to-the-federal-government/>>. Acesso em: 28/10/2025.

<sup>2</sup> Ibid.

mutilação química e cirúrgica"<sup>3</sup>, buscou proibir o acesso de jovens trans menores de 19 anos a cuidados médicos essenciais. A medida inclui o bloqueio de cobertura para dependentes trans de funcionários federais e o corte de financiamento público a organizações de saúde que ofereçam esse tipo de assistência. A ofensiva foi complementada por outra diretriz presidencial, "Manter os homens fora dos esportes femininos"<sup>4</sup>, que proíbe meninas trans de participarem de esportes escolares e ameaça com sanções financeiras às instituições que assegurem sua inclusão.

As Ordens Executivas (*executive orders*) nos Estados Unidos são instrumentos legais, emitidos pelo Presidente da República, que possuem força de lei dentro do âmbito do Poder Executivo. Esses atos têm como finalidade orientar o funcionamento da administração federal, implementar políticas públicas e definir a forma como as leis já existentes devem ser aplicadas. A autoridade presidencial para emitir tais ordens é conferida pela Constituição dos Estados Unidos, especificamente pelo Artigo II<sup>5</sup>, que estabelece que o poder executivo está investido na figura do Presidente ("The executive Power shall be vested in a President of the United States of America"). Apesar de serem mecanismos legítimos, as ordens executivas frequentemente geram controvérsias, uma vez que permitem ao presidente adotar medidas sem a necessidade de aprovação do Congresso, o que levanta debates sobre os limites da atuação presidencial e o equilíbrio entre os poderes<sup>6</sup>.

Os títulos dessas ordens executivas revelam, por si só, a essência da ideologia republicana contemporânea, que se constrói em oposição direta às

---

<sup>3</sup> A Casa Branca. Ações Presidenciais. 28 de janeiro de 2025. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/protecting-children-from-chemical-and-surgical-mutilation/>>. Acesso em: 28/10/2025.

<sup>4</sup> A Casa Branca. Ações Presidenciais. 05 de fevereiro de 2025. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/02/keeping-men-out-of-womens-sports/>>. Acesso em: 28/10/2025.

<sup>5</sup> ESTADOS UNIDOS. Constituição (1787). Disponível em: <<https://www.senate.gov/about/origins-foundations/senate-and-constitution/constitution.htm#a2>>. Acesso em: 06/11/2025.

<sup>6</sup> "What are executive orders? The powerful tool used by US presidents". BBC, 20 de janeiro de 2025. Ver em: <<https://www.bbc.com/news/world-us-canada-69606315>>. Acesso em: 28/10/2025.

pautas de direitos da população LGBTQIA+, sobretudo da população trans, e da diversidade de gênero. Ao empregar expressões como “verdade biológica” e “proteção de mulheres e crianças”, essas formulações mobilizam uma retórica moralizante e biologizante que mascara, sob o discurso de defesa e ordem natural, uma agenda política de exclusão e controle sobre corpos.

Trata-se de uma tentativa de reafirmar uma visão binária e hierárquica de gênero, como fundamento do Estado, transformando debates sobre identidade e direitos humanos em ameaças à moral e à “segurança” social. Essas medidas, tomadas em rápida sucessão pelo presidente Trump, integram um projeto político antigo de tentativa de reconfiguração e controle do corpo segundo uma noção restritiva de “verdade biológica”. Assim, ao negar a legitimidade das identidades dissidentes, o atual governo norte-americano coloca em disputa o próprio sentido de humanidade, corpo e verdade.

O governo de Donald Trump parece empenhado não apenas em restringir que corpos dissidentes tenham acesso a direitos humanos básicos, mas também em apagar e erradicar a história dessas populações. Como parte de sua política contra a ficção da chamada “ideologia de gênero”, dados de saúde pública foram rapidamente removidos dos sites do governo federal. Isso incluiu, por exemplo, décadas de pesquisas sobre HIV. Algumas dessas páginas só foram restauradas após forte pressão pública e uma ordem judicial federal<sup>7</sup>. Já o Serviço Nacional de Parques apagou todas as referências a pessoas trans da página dedicada à Revolta de Stonewall de 1969, um dos momentos mais emblemáticos da história LGBTQIA+ nos Estados Unidos. A agência justificou a ação alegando conformidade com o decreto

<sup>7</sup> “As Trump hits delete, the race is on to save LGBTQ and climate data”. NBC News, 11 de fevereiro de 2025. Ver em: <<https://www.nbcnews.com/nbc-out/out-politics-and-policy/trump-hits-delete-race-lgbtq-climate-data-rcna191652>>. Acesso em: 28/10/2025.

de Trump, que equiparava a identidade trans a um suposto “extremismo da ideologia de gênero”<sup>8</sup>.

Nesse contexto de intensificação das políticas de controle e exclusão emanadas do Norte deste grande continente, torna-se urgente revisitar, a partir do Sul, as histórias de sexualidade, gênero e dissidência que marcam nosso continente e que oferecem resistência a esse retrocesso e à tentativa sistemática de apagamento dessas vivências e corpos. Historicamente situada entre projetos coloniais, imperiais e neoliberais, a América Latina tem produzido resistências singulares, modos de existir, amar e criar que desafiam continuamente os regimes normativos, impositivos e excludentes de gênero e sexualidade. Assim como, olhar para essas existências a partir do Sul da América é unir forças contra todo o controle político, econômico e cultural que os Estados Unidos, historicamente, buscam exercer sobre a região. Atualmente, a América Latina ocupa o lugar do Outro em relação aos Estados Unidos, tudo aquilo que esse país rejeita e do qual procura se distanciar. É justamente desse lugar que nossas vozes emergem e se afirmam, compondo um projeto de resistência que se opõe às suas políticas de morte e exclusão.

Assim, este dossiê, intitulado “História da dissidência de gênero e da sexualidade na América Latina”, propõe-se a pensar essas histórias de resistência e invenção, cruzando perspectivas historiográficas, antropológicas, literárias e políticas. Reunimos aqui pesquisas que investigam as formas pelas quais corpos dissidentes foram narrados, regulados e subvertidos em diferentes contextos latino-americanos. Ao fazê-lo, buscamos contribuir para o debate contemporâneo sobre as políticas de vida e morte, ampliando o campo dos estudos de gênero e sexualidade e reafirmando o compromisso da pesquisa crítica com a defesa incondicional da dignidade e da pluralidade humana.

---

<sup>8</sup> Shanahan, Ed; Rosman, Katherine e Stack, Liam. “U.S. Park Service Strikes Transgender References From Stonewall Website”. The New York Times, 13 de fevereiro de 2025. Ver em: <<https://www.nytimes.com/2025/02/13/nyregion/stonewall-transgender-parks-service.html?smtyp=cur&smid=bsky-nytimes>>. Acesso em: 28/10/2025.

Dessa forma, o pesquisador Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos abre o dossiê temático desta edição refletindo sobre a figura do(a) migrante como sujeito histórico das dissidências de gênero e sexualidade. A partir de uma perspectiva interseccional e decolonial, o autor revela como a mobilidade e o deslocamento, frequentemente marcados por violências e exclusões, também se tornam espaços de invenção política e de criação de redes *cuir* de solidariedade e resistência.

Na sequência, Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto, amplia o olhar sobre as mobilizações políticas latino-americanas, demonstrando como as trajetórias dos movimentos homossexuais se entrelaçam em uma teia de influências locais e transnacionais. Sua análise evidencia que as lutas por visibilidade e direitos não se desenvolveram de forma homogênea, mas em diálogo com contextos específicos de repressão, oportunidades políticas e disputas morais, compondo uma história relacional e comparada das dissidências sexuais na região.

Em diálogo com essas preocupações históricas e políticas, Raphael Escritório, recupera as continuidades e descontinuidades entre as respostas sociais e sanitárias à Aids nos anos 1980 e ao surto de Mpox em 2022. O autor evidencia como a patologização das sexualidades dissidentes persiste como dispositivo de controle, mas também como a memória coletiva LGBTQIAPN+ atua na produção de saberes críticos e estratégias de enfrentamento ético e solidário às novas emergências sanitárias.

A reflexão sobre as articulações entre sexualidade, poder e moralidade é aprofundada por Carlos Augusto Lima Barros, que revisita processos inquisitoriais da América Espanhola colonial para revelar como a repressão aos chamados “pecados contra a natureza” funcionou como instrumento de controle social e corporal. Ao dialogar com Foucault, Butler, Quijano e Lugones, o autor demonstra que os discursos religiosos e jurídicos sobre a sexualidade foram também mecanismos de sustentação da ordem colonial e racializada.

O dossiê então desloca o foco para o protagonismo feminino em contextos de luta política e autoritarismo com o trabalho de Amanda Monteiro Diniz Carneiro. A pesquisadora analisa as experiências de mulheres militantes nas organizações argentinas Montoneros e PRT-ERP, destacando como elas desafiaram tanto a repressão estatal quanto o machismo interno das organizações revolucionárias.

Na mesma direção crítica, encerrando o conjunto central do dossiê, o estudo de Stephanie Oliveira Afonso e Filomena Luciene Cordeiro Reis evidencia, em contexto distinto, como o patriarcado e o anticomunismo se articularam para desmoralizar e controlar as mulheres militantes, revelando a dimensão de gênero na repressão política e na memória da ditadura.

Reunidos, esses trabalhos formam um mosaico de temporalidades e geografias que se cruzam na tarefa de repensar a história da dissidência de gênero e da sexualidade. Do mundo colonial hispânico à América Latina contemporânea, da militância armada às epidemias de saúde, o dossiê propõe que as experiências dissidentes de gênero e sexualidade não sejam vistas apenas como objetos de estudo, mas como produtoras legítimas de conhecimento histórico.

Complementando o dossiê, os artigos livres ampliam a diversidade temática da edição, abordando desde as masculinidades e a religiosidade na Antiguidade Clássica até a história indígena e os debates contemporâneos sobre populismo. Felipe Daniel Ruzene e Danielly Baldenebro revisitam o mundo grego para repensar as relações entre gênero, poder e representação, enquanto Roberto Junio Martinasso Ribeiro propõe uma reflexão teórica sobre a viabilidade de uma história global do populismo. Thawanne Rayssa Galdino Silva, por sua vez, retoma o período da ditadura militar brasileira para examinar a demarcação das terras Karajá, revelando as contradições da política indigenista em um contexto autoritário.

Nas notas de pesquisa, Sabrina Bentes, Leandro Ferraz e Peterson Mendes Paulino exploram temas que reafirmam o compromisso com uma

história crítica e plural: as origens coloniais da violência de gênero no Amapá; o papel do trabalho indígena nas missões jesuíticas do Guairá, Tape e Itatim; e as tensões urbanas na periferia de Guarulhos durante a transição democrática.

Por fim, a resenha “No momento de perigo, quem escuta o testemunho da barbárie?” de Davi Lee Oliveira de Castro avalia o livro *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, de Márcio Seligmann-Silva, encerrando a edição com uma reflexão sobre a ética da escuta e a potência do testemunho.

A apresentação deste dossiê poderia ter assumido diversas formas. Em certo momento, inclusive, esboçamos propostas estruturais bastante diferentes do resultado final que ora se apresenta. Cogitamos, por exemplo, traçar uma breve história da dissidência de gênero e da sexualidade desde a Antiguidade, resgatando seus vestígios e transformações ao longo do tempo. Também consideramos refletir brevemente sobre essas mesmas histórias no contexto latino-americano e que ainda são pouco divulgadas em nosso território, além de homenagear figuras históricas fundamentais como Xica Manicongo e Felipa de Souza. No entanto, decidimos concentrar nossa atenção em um tema que se impõe com urgência para a história da dissidência de gênero e da sexualidade: o recrudescimento dos ataques às pessoas trans em nossa história contemporânea.

Essa escolha nos leva, inevitavelmente, a uma autocrítica: a ausência, neste dossiê, de um trabalho que aborde centralmente essa temática. Ainda não temos uma resposta definitiva para tal lacuna, mas reconhecemos sua importância e assumimos o compromisso de seguir refletindo sobre ela até que essa reflexão se converta em ação concreta.

Entendemos que apresentar este dossiê ressaltando nossa preocupação com o presente e o futuro das pessoas trans, suas vivências, lutas, saúde e felicidade, é a forma mais sincera de afirmar qual tem sido, e

deve continuar a ser, a nossa prioridade: a defesa incondicional da existência e do direito de existir e ser das pessoas trans.

A atual organização da Revista Hydra se posiciona publicamente e faz da história uma ferramenta de reflexão e de ação política. O movimento LGBTQIA + foi forjado na diversidade e por isso, reafirmamos de maneira categórica: não! as pessoas representadas pela letra T não serão excluídas do movimento. Qualquer tentativa nesse sentido constitui um ato de retrocesso e conservadorismo, posturas que repudiamos e com as quais não compactuamos.

O Brasil é, lamentavelmente, o país que mais mata pessoas trans no mundo<sup>9</sup>, e elas são alvo preferencial dos discursos e movimentos de extrema direita, dentro e fora da América Latina<sup>10</sup>. A narrativa de que as pautas trans “roubam espaço” dentro do movimento LGBTQIA + é não apenas falaciosa, mas covarde e desonesta. Embora cada segmento da sigla possua demandas legítimas e específicas, a luta pela diversidade sexual e de gênero é e deve continuar sendo uma luta coletiva.

Desejamos, assim, que este dossiê seja mais do que uma reunião de pesquisas fundamentais sobre a história das dissidências de gênero e da sexualidade. Que ele se constitua também como um ato político, reafirmando a importância de continuarmos produzindo conhecimento e promovendo lutas em torno das experiências, existências e modos de viver desses corpos múltiplos que compõem nossas sociedades latino-americanas.

---

<sup>9</sup> NARCISA, Tayana e BONETS, Vitor. “Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê”. CNN Brasil, 27 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travestis-aponta-dossie/>. Acesso em: 06/11/2025.

<sup>10</sup> PELECH, Lana de Holanda. “Extrema direita faz pessoas trans de bode expiatório. Nos EUA e aqui”. Intercept Brasil, 05 de fevereiro de 2025. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2025/02/05/extrema-direita-faz-pessoas-trans-de-bode-expiatorio-nos-eua-e-aqui/>> . Acesso em: 06/11/2025.

**Samara Akemi Saraiva**  
**Editora-chefe da Revista Hydra**  
**Guarulhos, 06 de novembro de 2025.**